

INTERSEXO: ENTRE A EDUCAÇÃO E O DIREITO DE SER

Thais Emilia de Campos dos Santos¹

Sara Wagner Pimenta Gonçalves Junior²

Raul Aragão Martins³

Resumo

As possibilidades em nascer e viver no corpo Intersexo, como escolha ainda é parte de uma luta constante, pois, estes ainda são adaptados para os sexos macho ou fêmeas, seja através de procedimentos cirúrgicos, medicações e da educação binária, heterocisnormativa. A escola ainda é utilizada como a maior justificativa médica para as adaptações binárias em corpos intersexo, como prevenção de situações de futuras discriminações na escola. Porém, será que tal justificativa se faz pertinente? Esse artigo tem como objetivo revisar e levantar artigos acadêmicos sobre intersexualidade e educação. Foram levantados 34 artigos e teses acadêmicas sobre intersexualidade nas bases Scielo e BVSPsico até o primeiro semestre de 2018. Apenas quatro textos trazem a ruptura com a educação binária como solução para a educação de pessoas intersexo.

Palavras-chave: Intersexo, Educação, Não-binário.

INTRODUÇÃO

Durante sua entrevista ao Jornal “Le Vent Se Leve”, Judith Butler, filósofa estadunidense narra:

As autodescrições não são o meu forte. Na verdade, meu tio era intersexual, mas ele acabou se tornando um tipo de atração à força de ser analisado constantemente pelas autoridades médicas e psiquiátricas. Eu nunca o conheci porque ele foi internado antes de meu nascimento e me disseram que ele não estava mais consciente. Era mentira, eu poderia tê-lo conhecido, mas meus pais não queriam que os filhos tivessem contato com ele. (BUTLER, 2019, p.1).

A partir da prática discursiva e subversiva de Butler que introduzimos a proposta deste artigo, ao citá-la como declaração célere, de uma prática recorrente e que será apresentada

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP - campus de Marília - thais.emilia@hotmail.com

² Licenciada em Pedagogia (UERJ) e Letras – Inglês e respectivas Literaturas (UNESA), Graduada em Letras – Português e respectivas literaturas (UNESA) e Mestranda em Educação – GENI/ProPEd - UERJ e bolsista CNPq.

³ Professor orientador: Livre-Docente em Psicologia da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP - campus de Marília – raul.martins@unesp.br

nestas linhas a partir do recorte tensionado pela pedagoga Thais Emília, mãe de Intersexo e proponente desta escrita a seis mãos.

Nosso interesse pelo corpo subalternizado Intersexo ganha atenção à medida que sua presença é ignorada por boa parte dos sujeitos imersos a realidade vista pelo *status quo*. É importante trazer que um recurso usado pela gramática inglesa, nos ampara nesta escrita subversiva que apresenta o corpo Intersexo, como sujeito central, ainda que corporalmente ausente, é (d)escrito em primeira pessoa, como o “I” – Eu na escrita inglesa- logo o Intersexo aqui torna se sujeito frontal e nome próprio ao pedirmos que sua letra inicial seja maiúscula, em movimento análogo e dialógico à escrita de bell hooks, que desafia a escrita acadêmica (ou academicista) e padrões linguísticos ao apresentar-se como contrarregra ortográfica cujo intendo não seria de dar ênfase a sua pessoa, mas em seus escritos. Aqui, duas mulheres com filhos, uma cis e uma trans, gritam sua intenção ao nomear o substantivo comum como nome próprio e a luta como processo de imanência.

As possibilidades em nascer e viver no corpo Intersexo, como escolha ainda é parte de uma luta constante de poucas mães e iniciada recentemente por algumas mulheres, mães e Intersexos, mas que se estenderá por toda a vida. O fato de uma busca em romper com o binarismo sexual dado por uma *morfo preconcebida e imutável* e modificar a forma de educar, já está presente na literatura científica e sua ampliação segue sendo simplificada. Pessoas Intersexo, ainda buscam, mesmo de modo inconsciente a adequação a norma, tornando as/os também corpos transexuais ou transgêneros, visto que ao aderir a norma de um corpo que não possuem, este também rompe com a estabilidade dos corpos binários. Ao propormos formas de atuação na educação escolar formal e informal, bem como a familiar que visem minimizar as violações nos corpos e mentes, busca se reiterar a atenção às potencialidades de sujeitos outres, ainda não reconhecidos pelo estado. Essa discussão sobre a abordagem não é nova, pois, desde a redemocratização do nosso país, consolidada na Constituição de 1988, temos uma política de inclusão de todas as crianças na escola (BRASIL, 2010). Essas crianças todas, incluem as crianças que passam ou passarão por alguma forma de adequação. Logo a pergunta para quem a propõe seria, que(m) precisa de fato, adequar se ao que é natural? Um corpo tido como natural da natureza pode ser ignorado por preceitos religiosos? Não seria um corpo Intersexo a materialização plena sobre os mais variados aspectos trazidos por uma natureza transcendente? Corpos naturalizados ou corpos naturais? Desde modo, não estaria a natureza nos dizendo sobre a complexidade que nos cerca, ante o apelo ao corpo naturalizado que segue sendo passado imagetivamente como natural?

Desenvolvimento/ Referencial Teórico

Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento realizada no Cairo (1994), debateu-se, pela primeira vez, a sexualidade em um sentido positivo em detrimento das discussões sobre mutilações genitais, violência sexual e Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST. Esta conferência produziu um documento que representa marco fundamental na igualdade dos sexos e em uma dimensão ampla de direitos humanos em que saúde sexual e reprodutiva estão presentes (MORAES; VITALLE, 2012). Assim, faz-se necessário um olhar atendo a estas questões principalmente no que se refere a constituição da identidade, a violação do corpo e mutilações genitais, voltando a discussão para autonomia no sentido moral como base para as escolhas em relação a seu gênero/sexo.

Em 2011, na II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais com o tema “Por um país livre da pobreza e da discriminação, promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais” foram aprovadas diretrizes e a necessidades de políticas públicas diversificadas para a população Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromântiques/Agênero, Pan/Poli, e mais – LGBTQIAP+. A sigla LGBTQIAP+ refere-se a sigla considerada mais apropriada pelos ativistas e pela comunidade não-hetero e não-cis. (ORIENTANDO.ORG, 2019).

No Brasil, os estudos acadêmicos dos movimentos LGBTQIAP+ ainda não prosperaram e se legitimaram como nos Estados Unidos, assim, faz-se necessário avançar na proposta estratégica do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTQI – Sensibilização e mobilização de atores estratégicos e da sociedade para a promoção da cidadania e dos direitos humanos de LGBTQI (BRASIL, 2010), que propõe a estimulação e fomentação para criação e o fortalecimento das instituições, eventos, pesquisas, propostas pedagógicas, difusão científica, grupos e núcleos de estudos acadêmicos sobre gênero e direitos humanos das pessoas LGBTTI (CARVALHO et al, 2016).

Nesse, sentido, citando Brabo (2005), quando diz que “[...] é preciso ensinar sobre feminismo e a história das mulheres e de suas lutas passadas e presentes por direitos, incluindo as questões dos direitos humanos das mulheres e da equidade de gênero no currículo da educação básica e da formação docente” (apud CARVALHO et al., 2016, p.57), percebemos que é preciso ensinar sobre intersexualidade/gêneros e sexos não binários e a história dos movimentos e lutas LGBTQIAP+ passadas e presentes, incluindo as questões dos direitos

humanos das mulheres e da equidade de gênero em toda sociedade, na educação básica e formação docente.

Refletindo sobre a pessoa intersexo e sua educação, por se tratar de uma pessoa biologicamente não binária, especificamente, os dizeres médicos das cirurgias de adequação sexual e orientação a educa-los dentro do gênero que a cirurgia foi realizada reforçando o conceito de que gênero é uma construção educacional, porém, ao longo dos anos, observa-se que apenas educar para um determinado gênero não é o que fixa o sexo biológico, já que sexo biológico também percorre vários espectros e também trata-se de uma construção cultural.

Percebe-se que que sexo e gênero não são, realmente, dissociáveis. Isto fica claro no caso Remer David que gera o protocolo Money, onde dois meninos gêmeos são submetidos a circuncisão e um deles, por falha no equipamento tem o pênis amputado. Os médicos decidem por orientar os pais a educá-lo como menina e fazem cirurgias de adequação genital (MACHADO, 2005).

Durante um bom tempo, o caso de David foi utilizado como o argumento mais enfático a favor das cirurgias precoces em crianças nascidas com o que se costumou chamar de “genitália ambígua” ou intersexo, já que era considerado a “comprovação empírica” do seu sucesso. Kipnis e Diamond, ambos médicos, criticaram o modelo centrado na cirurgia, apontando a insatisfação por ela gerada nas pessoas operadas, inclusive no próprio David Reimer, que se suicidou no início do mês de maio de 2004, aos 38 anos, após uma longa história de “correções” cirúrgicas. Em seu artigo, os autores questionam basicamente a falta de informação fornecida pelos médicos às pessoas e a impossibilidade velada da medicina de fazer genitais “normais” (MACHADO, 2005, p. 258)

Vivemos numa sociedade onde desde a vida fetal somos posicionados socialmente num mundo binário, em menino ou menina, assim, relacionando sexo biológico há gênero, como se dá a educação da pessoa intersexo que é um sujeito biologicamente não-binário? Será que por ela ser intersexo, conseqüentemente será não binária ou intersexual?

Portanto, em relação à construção da identidade da pessoa intersexo esta está diretamente relacionada à Educação que esta pessoa estiver inserida, que, atualmente, tem sido geradora de conflitos emocionais, rebaixamento da autoestima, causa de suicídio, motivo de discriminação e preconceito.

A educação pode “(...) tanto reforçar, manter ou reproduzir formas de dominação e de exclusão como constituir-se em espaço emancipatório, de construção de um novo projeto social” (GADOTTI, 2000, p15). Se realizarmos um trabalho educacional remetendo ao

desenvolvimento da autonomia sexual (CAMPOS, 2015), ou seja, conhecimentos sobre sexualidade, para decisões positivas, desenvolvimento do autorrespeito e autocuidado, respeito mútuo nos relacionamentos sexuais e cooperação dos sujeitos intersexos como busca de emancipação, como fator gerador de empoderamento, sendo compreendido como

(...) processo - e o resultado do processo - mediante o qual os membros sem poder ou menos poderosos de uma sociedade ganham maior acesso e controle sobre os recursos materiais e do conhecimento, desafiam as ideologias da discriminação e subordinação, e transformam as instituições e estruturas através das quais o acesso e controle desiguais sobre os recursos são sustentados e perpetuados (CARVALHO et al., 2016, p.60).

Provavelmente, a educação contribua de forma positiva, emancipatória e na construção da identidade da pessoa intersexo de forma menos conflituosa. Buscar compreender a articulação entre a produção cultural e a construção educacional do conceito de gênero e heterossexismo, contribui para superação da homofobia, transfobia e intersexfobia e, também, das demais formas de discriminação as pessoas LGBTTQI (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transex, queer e intersex), pois para Adrienne Rich (1980) a instituição política da heterossexualidade constrói a sexualidade humana e o gendramento dos sujeitos, funcionando como um mecanismo de exclusão e opressão daqueles e daquelas que não se enquadram em suas determinações.

Segundo outra teórica feminista, contemporânea, Judith Butler (2003), a matriz heterossexual produz as versões aceitáveis e viáveis de masculinidade e feminilidade, de tal forma que qualquer ameaça à identidade heterossexual afeta não apenas a sexualidade, mas também o gênero do sujeito, portanto, a homofobia funciona como uma estratégia disciplinar empregada contra todos os sujeitos sociais (CARVALHO et al., 2016, p. 57-58).

Associada a definição de sexo temos a atribuição de gênero para essa pessoa, como ela se identifica e qual orientação sexual ela tem. Em razão da existência de diferentes definições para esses conceitos optamos por trabalhar com o Glossário da Diversidade, elaborado pela Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (SAAD, 2017). Essa publicação apresenta as seguintes definições:

Gênero: conjunto de valores socialmente construídos que definem as diferentes características (emocionais, afetivas, intelectuais ou físicas) e os comportamentos que cada sociedade designa para homens e mulheres. Diferente do sexo, que vem determinado como o nascimento, o gênero se aprende e se pode modificar, sendo, portanto, cultural e socialmente construído (SAAD, 2017, p. 13). Identidade sexual: refere-se à percepção de si mesmo como homem ou mulher, diferentemente da orientação sexual que se refere à atração por um sexo ou outro ou ainda ambos os sexos (SAAD, 2017, p. 15). Orientação sexual: diz respeito à atração que se sente por outros indivíduos. Ela geralmente também envolve questões sentimentais, e não

somente sexuais. Ela pode ser assexual (nenhuma), bissexual (atração por mais de um gênero – ou, por dois gêneros e outros gêneros), heterossexual (atração pelo gênero oposto), homossexual (atração pelo mesmo gênero) ou pansexual (atração por todos os gêneros) (SAAD, 2017, p. 15-16).

METODOLOGIA

Revisamos a produção científica sobre a educação da criança e adolescente intersexo, ou seja, o que a literatura científica traz sobre educação/escolaridade e intersexualidade; ou o que a literatura tem justificado na educação e na escolaridade em relação a intersexualidade, as condutas médicas e jurídicas.

Foi realizada busca de artigos e teses acadêmicas sobre intersexualidade nas bases Scielo (www.scielo.br) e BVSPsico (www.bvs-psi.org.br), que reúne a produção das áreas de Psicologia, Educação, Saúde e outras correlacionadas com as três primeiras. Utilizamos os seguintes termos: intersexo, intersex e intersexualidade. Essa revisão foi realizada no primeiro semestre do ano de 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na plataforma da Scielo, quando digitada a palavra intersex, surgiram 34 artigos envolvendo o tema e depois de excluídos os que se referiam a animais resultaram 24 artigos. Com a palavra intersexo, resultou em 26 artigos, excluindo os que se referem a animais resultaram 20. Porém, alguns em comum com a busca anterior. E na busca com a palavra intersexualidade, tivemos 13 artigos, excluindo os que se referem a animais restaram 10. Comparando com as buscas anteriores, alguns em comum. Nas buscas na plataforma BVS-Psi, com a palavra intersex foram encontrados seis artigos e uma tese; com a palavra intersexualidade, mais seis artigos; e com a palavra intersexo, apenas dois artigos.

Dos textos levantados foram analisados os que, no decorrer do texto, apresentavam as palavras “educação”, “escola” e “criação”, assim, foram analisados 20 textos. Apenas os que apresentaram essas palavras foram analisados quanto ao discurso de reforçar a identidade binária ou trazer a discussão de identidades não binárias. Também foi analisado se os textos orientam adequação a um sexo binário, sendo masculino ou feminino, ou se o texto traz alguma reflexão ou crítica a adequação binária do sexo, ou seja, aceitação da condição intersexo biologicamente e o não binarismo de gênero. O discurso binário e a escola são utilizados como

justificativas para a realização das “adequações sexuais” com o pretexto de que, no ambiente escolar, a criança intersexo sofrerá preconceito.

Nos textos pesquisados, 16 reforçam a educação para a construção de uma identidade sexual binária, seja através da adequação do sexo em cirurgias ou não, porém discursam sobre a importância da criança ser educada já em um gênero designado, como sendo justificativa para minimizar sofrimento em ambientes sociais como discriminação e principalmente bullying na fase escolar (DAMIANI, 2001; DAMIANI et al., 2005; DAMIANI; GUERRAJÚNIOR, 2007; FRASER; LIMA, 2012; GUERRA-JUNIOR; MACIEL-GUERRA, 2007; LIMA; MACHADO; PEREIRA, 2017; MACIEL-GUERRA; GUERRA-JÚNIOR, 2005; MARCHI-COSTA; MACEDO, 2016; MIRANDA et al., 2005; PAULA; VIEIRA, 2015; QUEIROZ; EPPS, 1963; SANTOS; ARAUJO, 2001, 2003, 2008; SPINOLA-CASTRO, 2005).

Os textos citados não apresentam nenhum estudo longitudinal em nossa população que mostre que a opção médica pela definição de sexo/gênero nos primeiros meses de vida seja a mais acertada e tendo levado essas pessoas a uma vida saudável e prazerosa a partir de decisões que elas não tomaram parte. Estudos norte-americanos longitudinais, conforme citam Lee e colegas (2016), expõem que as definições precoces não satisfazem todas as pessoas e, dessa forma, a revisão do consenso mudou radicalmente a sua posição, conforme apresentamos anteriormente.

Outros quatro textos trazem a necessidade de se romper com sexo binário ou dual nos casos da pessoa intersexo e de uma análise se a necessidade de adequação sexual seria o ideal, já que ao se romper com o binarismo do sexo e gênero isso não se faria primordial (GUIMARÃES; BARBOZA, 2014; MELLO; SAMPAIO, 2012; PIRES, 2016; RODRIGUES, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos analisados das áreas de saúde, especialmente da Medicina, não rompem com o binarismo de sexo e de gênero e justificam que a adequação sexual seja feita antes da fase escolar para evitar possíveis danos psicológicos que o convívio fora do ambiente familiar traria. A escola, o primeiro ambiente social da criança fora da família, não estaria preparada para lidar com essas crianças, que não estariam protegidas de sofrer discriminação por serem intersexo. Ao mesmo tempo que falam em respeitar o princípio da autonomia sobre seus corpos, esperar a puberdade, indicam a adequação cirúrgica e/ou hormonal o mais cedo possível.

As possibilidades de viver no corpo intersexo, como escolha, por toda a vida, o que implica romper com o binarismo sexual e modificar a forma de educar, já está presente na literatura científica e, nesta linha, propomos formas de atuação na educação escolar e familiar que visem minimizar as violações nos corpos e mentes. Essa abordagem não é nova, pois, desde a redemocratização do nosso país, consolidada na Constituição de 1988, temos uma política de inclusão de todas as crianças na escola (BRASIL, 2014).

Em 10 de junho de 2019, o Vaticano divulgou um documento rejeitando a ideia de que pessoas possam se identificar com um gênero que não corresponda aquele atribuído no seu nascimento. O documento é intitulado "Homem e mulher Ele os criou" (CIDADE DO VATICANO, 2019), refere a fluidez de gênero como sintoma de confusão causado por desejos momentâneos em razão da cultura pós-moderna. Enfatiza que o conceito de gênero é uma tentativa de "aniquilar a natureza". Rejeita termos como intersexo e transgênero por não serem sujeitos possíveis de procriar, ressaltando a "complementariedade" sexual do homem e da mulher, cujo objetivo é a procriação. (MADE FOR MINDS, 2019). O objetivo de tal documento é de colaborar com professores, estudantes, pais e clérigos católicos a saberem lidar com o que a Congregação para a Educação Católica denomina de "crise educacional" da Educação Sexual. O texto pede um "caminho para o diálogo" sobre a questão da teoria de gênero na educação. Defende uma nova aliança entre famílias, escolas e sociedade possibilitando uma "educação sexual positiva e prudente" nas escolas católicas para que as crianças aprendam a "verdade completa e original sobre a masculinidade e feminilidade" (MADE FOR MINDS, 2019). Tal documento oficial, especificamente o que tange sobre pessoas intersexo, Amiel Vieira Modesto, sociólogo e ativista intersexo, publica um manifesto em nome da comunidade brasileira intersexo, enfatizando que tais orientações são recorrentes de falta de amor ao próximo, desrespeitosas e incentivam o bullying nas escolas. Algo que esses pontos destacam é que nossa luta está sendo divulgada mesmo que atinja ouvidos moucos estamos fazendo nossa parte na luta trans e intersexo. Particularmente acredito que figurar neste documento também declara a necessidade mais do que urgente de se lutar contra a mutilação genital de bebês, pois da classe de síndromes nas aulas de biologia da 8ª e 9ª Série passamos a ser corpos vivos e críticos a estrutura patriarcal e assassina que está presente nas sociedades patriarcais das quais o cristianismo e o processo "civilizatório" tornou possível (MODESTO, 2019, p.1).

Nesse contexto controverso, onde aparentemente ainda carecem de discussões pautadas em argumentos que realmente escutem as pessoas intersexo, verifica-se a urgência do debate sobre como pais e educadores, famílias e escolas possam ser orientadas a lidar com bebês,

crianças e adolescentes intersexo de forma ética e saudável. Seria uma proposta educacional com gênero neutro ou neutralidade nas condutas o caminho mais adequado? Ou, educar com o gênero atribuído ao sexo que fora imposto tem sido a maneira realmente mais saudável para tais sujeitos? Impor uma plástica genital num bebê intersexo não seria impor uma condição transexual? A criança intersexo então seriam uma criança trans, porém com um gênero imposto o qual ela não se identifica? Será que o enfoque educacional seria só para criança intersexo ou na sociedade de modo geral? Até quando o difere/ntefóbico (GONÇALVES JR, SARA P. 2018) será tratado como sujeito autêntico de certezas ante os sujeitos inferidos por suas buscas que de fato seguem apenas sendo suas vítimas?

REFERÊNCIAS

ARCARI, Carolina. A questão intersexual. Boletim. ANA – Aliança Nacional de Adolescentes Conectados em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes LGBTTI, ano 4, n. 55, mar. 2017. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=1YuZRJ0nI4].

ARPEN.SP. Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo. Cronologia do Registro Civil no Brasil. 2018. Disponível em: [www.arpensp.org.br/index.cfm?pagina_id=178]. Acesso em: 01.03.2018.

ÁVILA, S. N. Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

BONASSI, Brune Camillo. Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Psicologia. Orientadora: Maria Juracy Filgueiras Toneli. Florianópolis, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17009-educacao-especial]. Acesso em: 11.03.2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Manual de Instruções para o preenchimento da Declaração de Nascido Vivo. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: [www.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/88/2015/11/inst_dn.pdf]. Acesso em: 01.03.2018.

BUTLER, Judith. Les femmes n'ont pas besoin d'un autre sauveur. Le Vent Se Leve. ParRédaction, 27 septembre 2019. In: https://lvsl.fr/judith-butler-les-femmes-nont-pas-besoin-dun-autre-sauveur/?fbclid=IwAR3g2RIGIx_22B7sj3czWWk5dV1tXgsVc2xelZ6UdCC3TsjFmXyG78_hbGk
Acesso em: 20 de setembro de 2019

Campos, Thaís Emília de. C198e Educação sexual e autonomia: estudo de uma intervenção com alunos do ensino médio do interior do estado de São Paulo / Thaís Emília de Campos. – Marília, 2015.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória; BRABO, Tania Suely Antonelli Marcelino; FÉLIX, Jeane; DIAS, Alfrancio Ferreira. DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES E DAS

PESSOAS LGBTQI: inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e na formação docente. Paraíba; UFPB, 2016.

DAMIANI, Durval; GUERRA-JÚNIOR, Gil. As novas definições e classificações dos estados intersexuais: o que o Consenso de Chicago contribui para o estado da arte? *Arq Bras Endocrinol Metab*, v. 51, n. 6, p. 1013-1017, ago. 2007. DAMIANI, Durval et al. Genitália ambígua: diagnóstico diferencial e conduta. *Arq Bras Endocrinol Metab*, v. 45, n. 1, p. 37-47, fev. 2001.

DAMIANI, Durval et al. Hermafroditismo verdadeiro: experiência com 36 casos. *Arq Bras Endocrinol Metab*, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 71-78, fev. 2005. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302005000100009&lng=en&nrm=iso]. Acesso em: 10.03.2018. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1590/S0004-27302005000100009].

DAMIANI, Durval et al. Sexo cerebral: um caminho que começa a ser percorrido. *Arq Bras Endocrinol Metab*, v. 49, n. 1, p. 37-45, fev. 2005.

FRASER, Roberta Tourinho Dantas; LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira. Intersexualidade e direito à identidade: uma discussão sobre o assentamento civil de crianças intersexuada. *Rev. Bras. Crescimento Desenv. Hum.*; 22(3):358-366, 2012.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. *Sion (Suisse)*, 18 au 22 octobre 2005.

GUERRA-JUNIOR, Gil; MACIEL-GUERRA, Andréa T. O pediatra frente a uma criança com ambiguidade genital. *J. Pediatr. (Rio J.)*, Porto Alegre, v. 83, n. 5, supl. p. S184-S191, nov. 2007. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572007000700010&lng=en&nrm=iso]. Acesso em: 10.03.2018. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1590/S002175572007000700010].

GUIMARÃES, Anibal; BARBOZA, Heloísa Helena. Designação sexual em crianças intersexo: uma breve análise dos casos de “genitália ambígua”. *Cad. Saúde Pública*, v. 30, n. 10, p. 2177-2186, out. 2014.

LEE, Peter A; HOUK, Christopher P.; AHMED, S. Faisal; HUGHES, Ieuan A. Consensus statement on management of intersex disorders. *Pediatrics*, 2006;118;488. DOI: 10.1542/peds.2006-0738. LEE, Peter A et al. Global disorders of sex development update since 2006: perceptions, approach and care. *Horm Res Paediatr* 2016; 85: 158-180. DOI: 10.1159/000442975.

LIMA, Shirley Acioly Monteiro de; MACHADO, Paula Sandrine; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. (Des)encontros no hospital: itinerário terapêutico de uma experiência intersexo. *Cad. Pagu, Campinas*, n. 49, e174916, 2017. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000100506&lng=en&nrm=iso]. Acesso em: 10.03.2018. Epub abr. 27, 2017. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700490016].

MACHADO, Paula Sandrine. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. *Cad. Pagu [online]*. 2005, n.24, pp.249-281.

MACIEL-GUERRA, Andréa T.; GUERRA-JÚNIOR, Gil. Intersexo: entre o gene e o gênero. *Arq Bras Endocrinol Metab*, v. 49, n. 1, fev. 2005.

MARCHI-COSTA, Maria Ivone; MACEDO, Rosa Maria Stefanini de. Intersexualidade para além das verdades estabelecidas: um estudo de caso. *Mudanças*; 24(2):2129, jul.-dez. 2016.

MELLO, Ricardo Pimentel; SAMPAIO, Juliana Vieira. Corpos intersex borrando fronteiras do discurso médico. *Rev. NUFEN*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 4-19, jun. 2012. Disponível em:



[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912012000100002&lng=pt&nrm=iso]. Acesso em: 17.01.2018. MIRANDA, Márcio Lopes et al. Genitoplastia feminizante e hiperplasia congênita das adrenais: análise dos resultados anatômicos. *Arq Bras Endocrinol Metab.* São Paulo, v. 49, n. 1, p. 138-144, fev. 2005. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302005000100018&lng=en&nrm=iso]. Acesso em: 10.03.2018. Disponível em: [<http://dx.doi.org/10.1590/S0004-27302005000100018>].

MORAES SP, VITALE MSS. Sexual and reproductive rights in adolescence. *Rev Assoc Med Bras.* 2012;58(1):48-52.

OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de Albuquerque. Os corpos refeitos: a intersexualidade, a prática médica e o direito à saúde. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito, Minas Gerais*, v. 2, n. 1, p. 1-25, jan.-dez. 2015.

OLIVEIRA, Carolina Lopes de; CITTADINO, Gisele Guimarães. O preenchimento de um hiato: um ensaio sobre a intersexualidade. In: CONPEDI/UFPB (Org.). *Direitos, gênero e movimentos sociais I*. 34. ed., v. 23, p. 397-416, 2014. Disponível em: [<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=3eb81a0ff05d4414>].

ORIENTANDO. Um espaço de aprendizado. *Orientando.Org.*, 2018. In: <https://orientando.org/> Acesso em: 13 de junho de 2018.

PAULA, Ana Amélia Oliveira Reis de; VIEIRA, Márcia Maria Rosa. Intersexualidade: uma clínica da singularidade. *Rev. bioét. (Impr.)*. 2015; 23 (1): 70-9.

PINO, Nádia Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. *Cadernos Pagu* (28), jan.-jun. de 2007:149-174.

PIRES, Barbara Gomes. As políticas de verificação de sexo/gênero no esporte: intersexualidade, doping, protocolos e resoluções. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n. 24, p. 215-239, dez. 2016. Disponível em: [www.sexualidadsaludysociedad.org].

QUEIROZ, Aidyl Macedo de; EPPS, Dorina Reichhardt. Uma contribuição às características psicológicas da intersexualidade humana. *Revista de Psicologia Normal e Patológica*; 9(1/2):3-20, 1963.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. Homofilia e homossexualidades: recepções culturais e permanências. *História, Franca*, v. 31, n. 1, p. 365-391, jun. 2012. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742012000100018&lng=en&nrm=iso]. Acesso em: 10.03.2018. [<http://dx.doi.org/10.1590/S010190742012000100018>].

SAAD. Glossário da diversidade. Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades – SAAD. Florianópolis: Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidade da Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em [http://saad.ufsc.br/files/2017/10/Gloss%C3%A1rio_-versaofinalo.pdf]. Acesso em: 10.03.2018.

SANTOS, Moara de Medeiros Rocha; ARAUJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de. Identidade de gênero em crianças com diagnóstico de intersexo. *Rev. Dep. Psicol., UFF*;13(1):101-116, jan.-jun. 2001.

SANTOS, Moara de Medeiros Rocha; ARAUJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de. A clínica da intersexualidade e seus desafios para os profissionais de saúde. *Psicol. cienc. prof., Brasília*, v. 23, n. 3, p. 26-33, set. 2003. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000300005&lng=en&nrm=iso]. Acesso em: 05.01.2018. Disponível em: [<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000300005>].



SANTOS, Moara de Medeiros Rocha; ARAUJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de. Estudos e pesquisas sobre a intersexualidade: uma análise sistemática da literatura especializada. *Psicol. Reflex. Crit.*, v. 21, n. 2, p. 267-274, 2008.

SPINOLA-CASTRO, Angela Maria. A importância dos aspectos éticos e psicológicos na abordagem do intersexo. *Arq Bras Endocrinol Metab*, v. 49, n. 1, p. 46-59, fev. 2005. VIAU-COLINDRES, J.; AXELRAD, M.; KARAVITI, L.P. Bringing back the term “intersex”. *Pediatrics*. 2017;140(5):e20170505